

Ação pró-reforma tributária

Os trabalhos dos grupos que compõem o movimento articulado de entidades de classe a favor da votação da reforma tributária avançaram bastante em fevereiro. O movimento é constituído por dez associações entre as quais o PNBE, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Sociedade Rural Brasileira, Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Força Sindical. Durante o mês de fevereiro, foram realizadas duas reuniões para análise das propostas feitas separadamente por essas entidades propondo a alteração de pontos importantes na proposta do Executivo para a reforma.

Agora, os pontos de recomendação para a reforma constitucional que forem coincidentes serão incluídos em um documento único. "Ainda não se chegou a um consenso e todas as opi-

niões estão sendo observadas, para que o texto final reflita o conjunto do pensamento", informou Valdir Campos Costa que, juntamente com Clarice Pechman e Alberto Figueiredo, trata do assunto em nome do PNBE.

As entidades apresentaram suas sugestões a partir de um texto prévio de análise, preparado pelo representante da Fiesp, Aduino Ponte. Nele, foi sugerida uma proposta de reforma tributária possível. As releituras desse texto agora serão unificadas em documento a ser levado ao Congresso Nacional.

Segundo o jurista Ives Gandra Martins, a pesada carga tributária existente no Brasil, associada à defasagem cambial e aos juros altos, tem provocado um processo de sucateamento da indústria. Em debate



Campos: ainda falta consenso.

realizado na sede do PNBE, no dia 13 de março, Ives Gandra fez críticas ao governo, afirmando que o Executivo "parou na questão da reforma tributária". O jurista propôs um novo imposto único, em substituição às demais contribuições, como forma de reduzir o custo da mão-de-obra.

Sobre a Reforma da Previdência, afirmou que a proposta do governo não altera a situação daqueles que ganham muito. O impacto maior, acredita, será sobre aqueles que ganham até R\$ 850,00, que passarão a ganhar ainda menos, situação que poderá limitar a expansão do mercado de consumo.

Foi só a gente lançar o
Porto Seguro Previdência
que o Governo fez com que ele fosse
dedutível do Imposto de Renda.

Agora só falta você ligar para o seu corretor.

O maior motivo para fazer um Porto Seguro Previdência é você mesmo. Mas nós fomos mais longe e oferecemos uma das menores taxas de administração do mercado. E o governo ainda deu uma força tornando todas as contribuições dedutíveis do Imposto de Renda. O Porto Seguro Previdência garante uma renda mensal e é você quem determina quando quer começar a receber. Tudo atualizado monetariamente mais os excedentes financeiros distribuídos entre os participantes do plano. E você ainda conta com serviços de assistência pessoal em todo o mundo. Se você acha que estes motivos não são suficientes, vá até o espelho e pergunte-se: "Trabalhando tanto no presente, que futuro eu mereço ter?". Depois, consulte o seu corretor. Ele tem ótimas respostas para você.

Porto Seguro
Previdência

